

Uma nova reforma agrária?

José Gomes da Silva

O atual ministro da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária publicou nesta Folha (19 de maio, pág. 1-3) artigo expondo suas ideias a respeito do que chamou de uma "nova reforma agrária". É preciso trazer, a respeito, alguns esclarecimentos para a melhor colocação do problema.

Em primeiro lugar, reforma agrária, tal como a democracia e a virgindade, é um conceito absoluto, não comportando adjetivações: a reforma não é nova ou velha, é simples e unicamente a redistribuição dos direitos sobre a propriedade da terra agrícola.

Não é apenas o ministro que incorre em tal equívoco. Outros críticos do processo clamam também que a reforma agrária brasileira está mal conduzida, que cria miseráveis e outras inverdades.

Acontece que não existe e nunca existiu reforma agrária no Brasil. O que tem havido são assentamentos isolados. A única vez que se tentou desencadear um processo massivo e imediato (a tempo de beneficiar a atual geração de sem-terra) foi por ocasião do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária, no início do governo Sarney, com o fracasso deliberado de todos conhecido.

A área de preferência do ministro é igualmente equivocada. As grandes glebas desabitadas de Mato Grosso, Pará e Piauí poderiam prestar-se, na melhor das hipóteses, a projetos de colonização, um processo que é fundamentalmente distinto de uma reforma agrária, conforme o Estatuto da Terra.

A questão da implementação da reforma com trabalhos de extensão rural, crédito, assistência técnica e infraestrutura é uma obviedade que vem desde a Aliança para o Progresso, nos anos 60. Nunca foi contestada.

Finalmente, há a questão da seleção das áreas passíveis de intervenção e a sua ocupação pelo Movimento Sem-Terra. O ministro não deve desconhecer a existência do Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais, cujas deficiências poderão ser corrigidas pelo censo agropecuário e pelos levantamentos espaciais.

Velha ou não, no caso da reforma agrária, cabe apenas desejar ao ministro que promova uma ampla e imediata redistribuição de terras passíveis de aproveitamento agrícola.

Na verdade, se não redistribuirmos terra, vamos redistribuir o quê?

José Gomes da Silva é engenheiro agrônomo e ex-presidente do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária)

Publicado na Folha de S.Paulo | 16/06/1995

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/6/16/cotidiano/13.html>